



## CULTIVANDO REDES DE CUIDADO, DAS RAÍZES À COMPOSTAGEM

Ana Cavalcanti<sup>1</sup>  
Beatriz Scandiuzzi<sup>2</sup>  
Clarissa Cavalcanti<sup>3</sup>  
Julia Maciel<sup>4</sup>  
Verônica Veloso<sup>5</sup>

### Resumo

De acordo com a perspectiva ecofeminista, corpos e a natureza têm sido explorados como fontes inesgotáveis de recursos pelo sistema capitalista. Em situações de crise, como a que vivemos no Brasil, populações vulneráveis são afetadas de forma mais intensa. Historicamente, certas populações têm sido negadas em seu direito e possibilidade de exercer o cuidado. A Agroecologia surge como alternativa que visa o cuidado integral com as comunidades e com o meio ambiente. A partir de seções que ilustram diferentes etapas do ciclo natural de uma planta, o presente artigo tem como objetivo apresentar a construção de pontes entre os conceitos de Agroecologia e cuidado, ambos fundados em saberes ancestrais.

**Palavras Chaves:** Agroecologia; Cuidado; Ecofeminismo;

*Dedicamos este ensaio a todas as mulheres-semente que morreram dedicando suas vidas à luta. Para sempre honraremos suas histórias.*

<sup>1</sup> Psicóloga pela Universidade de Brasília, especialista em Políticas de Cuidado com perspectiva de Gênero pelo Centro Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e integrante do Coletivo Aroeira.

<sup>2</sup> Redutora de danos, psicóloga pela Universidade de Brasília e integrante do Coletivo Aroeira.

<sup>3</sup> Antropóloga pela Universidade de Brasília, integrante do Projeto Cravinas da FD/UnB e especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Centro Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

<sup>4</sup> Psicóloga pela Universidade de Brasília e integrante do Coletivo Aroeira.

<sup>5</sup> Ativista feminista e antirracista. Internacionalista pela Universidade de Brasília, especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Centro Latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), especialista em Elaboração de Projetos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e pós-graduanda em Estudos Afro-latino americanos e Caribenhos pela CLACSO.

## INTRODUÇÃO

É fato que "os déficits na cobertura das políticas de cuidado afetam os grupos mais desfavorecidos" e as populações mais vulneráveis (Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2018, p. 11). Atravessamos uma grave crise do cuidado, em que as redes de apoio construídas são insuficientes para promovê-lo de maneira justa a todos. A organização econômica das sociedades capitalistas não permite que todos desfrutem dos bens comuns da mesma maneira e não centraliza o cuidar como base das atividades produtivas. Partimos de uma perspectiva da economia feminista (CARRASCO, 2006) para ressaltar a essencialidade dos trabalhos reprodutivos, bem como a urgência de pautá-los nas discussões sobre acesso a renda, questões de gênero, raça e saúde pública.

O ecofeminismo foi, por muito tempo, encarado com certa estranheza por muitas ativistas, as quais questionavam que a reaproximação das mulheres com a natureza poderia remeter a um discurso essencialista. É importante pontuar que o ecofeminismo que acreditamos não é uma abordagem romantizada e acrítica das relações das mulheres com o meio ambiente. Partimos da compreensão de Shiva e Mies (1998), que argumentam sobre como o desenvolvimento do sistema capitalista está relacionado à exploração da natureza, compreendida apenas como fonte inesgotável de matéria prima para a produção de bens de consumo. Afinal, como colocado por Aph Ko (2017), ativista vegana negra, o racismo não é apenas sobre questões fenotípicas, sexismo não é apenas sobre gênero e especismo (a crença de que as vidas de algumas espécies são mais válidas que outras) não é apenas sobre animais. É tudo sobre opressão.

O ecofeminismo que reivindicamos é aquele centrado no trabalho de mulheres do campo, sobretudo mulheres negras, quilombolas e indígenas, as quais dedicam seu tempo para a defesa do meio ambiente, de seus territórios e suas comunidades. É importante centralizar essas mulheres como protagonistas do movimento pela defesa da vida, uma vez que são elas as mais expostas ao racismo ambiental e às consequências dos desmontes políticos. Segundo Cristiane Faustino, racismo ambiental refere-se a "prática de destinar às comunidades e populações negras, indígenas, não-brancas e imigrantes os piores efeitos da degradação ambiental"<sup>6</sup>. Isso significa expor essas populações aos riscos ambientais causados pela falta de políticas públicas e pelas ações de empresas privadas. Ademais, não é possível contar com a esfera governamental para atender as necessidades básicas de cuidado, proteção e garantia

---

<sup>6</sup> Racismo Ambiental: mulheres indígenas e quilombolas na proteção dos seus povos contra a Covid-19. Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/especiais/racismo-ambiental/>>

de direitos dessas populações. Ao contrário, muitas vezes o Estado atua de forma a criar, manter e intensificar as relações de opressão e violência.

A partir de tecnologias ancestrais já cultivadas por essas mulheres, vemos a necessidade de ampliar e investir em estratégias locais de resistência e cuidado que possam ser multiplicadas e compartilhadas em rede. Uma das alternativas que visa o cuidado integral com as comunidades e com o meio ambiente é a agroecologia, a qual traz como princípio fundamental a compreensão do cuidado e do desenvolvimento a partir de três pilares, o econômico, o social e o ambiental.

Este artigo tem como objetivo discutir o potencial de se enxergar o cuidado como tecnologia da Agroecologia e a Agroecologia como tecnologia de cuidado, de maneira a argumentar que ambos se constroem mutuamente a partir de saberes ancestrais compartilhados e materializados por mulheres negras, indígenas, quilombolas e do campo.

As contribuições das pessoas negras e indígenas foram e ainda são invisibilizadas nos espaços acadêmicos. Quando alcançam as universidades e escrevem artigos ou livros, seus escritos são taxados como menos importantes e aquelas que constroem, transmitem e compartilham o conhecimento por outras vias não são sequer consideradas. Patricia Hill Collins (2018) aponta a necessidade de pensarmos outros critérios de validação do conhecimento científico que consigam abarcar as inúmeras e diversas contribuições para a construção dos pensamentos e cosmovisões que nos guiam e tanto nos ensinam. Dessa maneira, é possível "compreendermos como grupos subordinados criam o conhecimento que fomenta tanto seu empoderamento quanto a justiça social" (HILL COLLINS, 2018, p. 165).

Neste artigo buscamos trazer nossas reflexões coletivas e individuais a partir das experiências vividas por três das autoras que são também participantes do coletivo Aroeira, das reflexões surgidas em rodas de conversa, congressos, cursos e todos os prováveis e improváveis espaços de troca de saberes que vivenciamos. É importante dizer que muitas das autoras desse texto são também integrantes da RENFA - Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas e das Mulheres Cannábicas; de maneira que nossas reflexões são pautadas por princípios abolicionistas e pela latente necessidade da ótica de cuidado, e não de proibição, nas políticas públicas brasileiras.

Nesse contexto surge o Coletivo Aroeira, uma iniciativa construída com a intenção de intervenção comunitária, de base ecofeminista, cuja proposta é multidisciplinar. Há mais de 2 anos o coletivo atua em Brasília com pessoas em situação de vulnerabilidade, sobretudo com pessoas que fazem uso de drogas, pessoas em situação de rua e egressas do sistema prisional. A partir da Agroecologia e da agricultura urbana, buscamos criar vínculos, promover o cuidado

- para as pessoas e para o território em que estão, além de gerar reflexões sobre a ocupação da cidade e das relações entre a exploração do nosso corpo e do nosso território.

À medida que as atividades foram desenvolvidas, vínculos foram sendo criados e reflexões levantadas, o Coletivo decidiu por iniciar um novo projeto em 2021, o Aroeira Semeia: Jornadas de Agroecologia e Cuidado. O projeto consiste em um programa de capacitação remunerada para as pessoas que estão em situação de rua, são egressas do sistema prisional e/ou têm questões relacionadas ao uso de substâncias lícitas e/ou ilícitas. As temáticas do curso relacionam a Agroecologia e o cuidado, com destaque para os plantios em Sistemas Agroflorestais, o beneficiamento e uso de plantas medicinais, e a promoção de saúde.

Este é um projeto em andamento e, já nas primeiras semanas, ficou visível o desafio de alinhar as atividades planejadas às principais demandas de cuidados dessas mulheres, a partir de diferentes formas de escuta a suas narrativas. Acreditamos que fazer os enlaces entre as práticas das multiplicadoras e mediadoras do projeto e aspectos teóricos do ecofeminismo pode ser fundamental para fortalecer as ações do coletivo, criando pontes entre a produção acadêmica e prática do movimento social. Daí surgiu a necessidade e a urgência de coletivamente escrevermos este artigo. Este texto é, mais do que tudo, um espaço para refletirmos, debatermos e co-criarmos novas realidades juntas. Esperamos que nossas reflexões sejam um convite para que outras mulheres se aproximem e tragam novos pontos, experiências, tecnologias e saberes. Afinal, o mundo que queremos construir se constrói em coletivo.

## **ERVAS QUE CRESCEM NAS LACUNAS DEIXADAS PELO ESTADO**

### **1. RAÍZES DO CUIDADO E DA AGROECOLOGIA**

Fisher e Tronto (2013) dizem que o cuidado é uma atividade da espécie que inclui tudo que fazemos para reparar, manter e continuar "nosso mundo" para assim vivê-lo da melhor forma possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e o meio ambiente, com os quais buscamos tecer uma rede complexa e autossustentável (FISCHER; TRONTO, 2013, p. 3). Consideramos também a noção ampla do cuidado que signifique por um lado, o conjunto de atividades que giram em torno da sustentação cotidiana da vida humana, a partir de duas dimensões centrais: as disposições e motivações ético afetivas e as tarefas concretas da vida diária, (VEGA; GUTIERREZ, 2014, p. 9-10), sejam remuneradas ou não; e por outro lado, uma noção relacionada ao mercado de trabalho remunerado que compreender as ocupações associadas com a prestação de um serviço de contato pessoal que melhora as capacidades humanas de quem o recebe (ESQUIVEL, 2010, p. 530).

Tudo precisa de cuidado para estar vivo. O cuidado é exercido pelos diferentes agentes da natureza, visíveis ou não aos nossos olhos e perspectivas colonizadas. Esse cuidado passa por reconhecer que as relações que nutrem a nossa vida não são somente as intraespecíficas. Isso significa que as relações com outras espécies são de suma importância para o nosso cuidado e que essa relação não resume as plantas ou outros elementos da natureza em objetos ou produtos. São seres vivos, com quem nos relacionamos, que cuidam de nós também e possibilitam que cuidemos de nós, de outros seres e do planeta. Flores e Echazú (2016) apontam que as plantas se assumem enquanto sujeitos com agência e poder transformador. Muitas vezes não enxergamos todo o cuidado necessário para a manutenção da vida e do planeta porque terceirizamos grande parte dele, transferindo essa responsabilidade para mulheres negras. Mas terceirizar o cuidado não significa torná-lo menos trabalhoso; e sim, invisível. É o privilégio da irresponsabilidade (TRONTO, 1993). Algumas pessoas no mundo "podem" escolher não se responsabilizar pelo cuidado e deixar para que outras pessoas o façam, de maneira remunerada ou não. É a naturalização de que o cuidado seja exercido apenas por um agente, normalmente mulheres negras e do sul global.

Para muitas mulheres, o ato invisível e pouco reconhecido de cuidar se torna um fardo; invisibilizamos não apenas o trabalho realizado pelas mulheres, mas também a necessidade dessas mulheres de serem cuidadas e se cuidarem. Enquanto a sociedade como coletivo não assume a responsabilidade de cuidar, recai sobre as mulheres negras e indígenas o trabalho importante, mas cansativo, de serem as cuidadoras da sociedade.<sup>7</sup> Não é só nas zonas urbanas que é imposta a essas mulheres a posição de cuidadoras. Mulheres negras e indígenas estão nas zonas rurais brasileiras, territórios disputados por madeireiros, mineradores e grandes agricultores. Ações essenciais, como alimentar, regar as plantas, acolher e cuidar dos doentes são práticas que recaem ainda mais sobre as mulheres em territórios de disputa. São também as mulheres negras e indígenas que na maioria das vezes lideram os movimentos e lutas pelo direito à terra. Grande número das mulheres defensoras dos direitos humanos assassinadas na América Latina são defensoras ambientais. A defesa ambiental é também um ato de cuidado.

Embora o termo cuidado esteja cada vez mais popular e discutido nos círculos acadêmicos e apropriado pelo sistema capitalista, é necessário resgatar, honrar e entender suas origens - que nada têm de europeu ou branco. A perspectiva do cuidado tem suas raízes e é cultivada nas práticas indígenas e negras, nos espaços camponeses e, na maioria das vezes, entre mulheres. O bem-viver, termo de origem indígena e muito utilizado pelos movimentos de

---

<sup>7</sup> Economia do Cuidado: como podemos visibilizar o trabalho invisível das mulheres na economia do cuidado? Think Olga. Disponível em: <<https://lab.thinkolga.com/economia-do-cuidado/>> Acesso em 30/03/2021.

mulheres negras brasileiras, coloca a luta dos movimentos sociais como direcionada para coconstruir uma realidade que proporciona felicidade e prazer. Audre Lorde, uma das autoras responsáveis pela popularização do debate sobre (auto)cuidado, escreve a partir de suas experiências enquanto uma mulher lésbica negra na sociedade. Para ela, "cuidar de mim mesma não é auto indulgência, é uma autopreservação e isso é um ato de guerra política" (LORDE, 1988)

Por sua vez, o feminismo comunitário de Abya Yala aponta para a importância de cuidar do todo - humanos, animais e mãe terra (PAREDES; GUZMAN, 2014). Considerar o planeta Terra (pachamama) e as plantas como seres de direitos pode soar absurdo, o que demonstra como nossa organização social ainda é colonial e limitada quanto a percepção da existência de outros seres e nossa relação com eles. Vandana Shiva argumenta que a noção de “recursos naturais”, trazidas pelo colonialismo e pela industrialização, transformou em commodity grande parte do planeta Terra (SHIVA, 1996, p.316). A publicação do texto *Scalae Naturae* de Aristóteles legitimou o entendimento que as plantas seriam inferiores aos animais e aos seres humanos (ARIZA; MARTINS, 2010). A partir dessa perspectiva colonial, as plantas, a água, a terra e tudo mais deixaram de ser considerados agentes dinâmicos em interação e passaram a ser entendidos dentro da perspectiva humana, considerados como insumos para a produção industrial e o comércio colonial (SHIVA, 1996, p. 319).

Um ponto comum entre todas essas definições de cuidado é que o “eu” é entendido como social e comunitário. Existimos como membros de um grupo, formado não apenas por seres humanos, e, portanto, a solidariedade entre os nossos é vital. Essa perspectiva desafia a ótica do autocuidado e cuidado individualista muito difundida nas redes sociais; na qual o autocuidado é entendido como responsabilidade do indivíduo, assim como seus benefícios. O viver em coletividade nos mostra que cuidar de nós faz parte de cuidar do coletivo a que pertencemos, e que cuidar do coletivo é essencial para cuidarmos de nós. Afinal, o cuidado só existe em rede.

Percebemos, a partir dessas definições de cuidado, que a Agroecologia pode ser o paradigma que sustenta essa complexa rede de cuidado, com o potencial de realmente transformá-la em uma rede complexa e autossustentável. Vale destacar, que tanto no meio ambiente, como na vida humana, a diversidade é um princípio fundamental. Para que a vida humana floresça, são necessárias várias outras vidas florescendo. Além de a Agroecologia sustentar epistemologicamente o cuidado, percebemos que, pensado de forma ampla, este conceito implica que não existe Agroecologia sem cuidar de nós, das comunidades, e desse corpo-território Terra.

A Agroecologia é a formalização de um conhecimento ancestral, resultado de saberes tradicionais sobre a saúde do solo e dos seres que dele dependem. Ela pode ser entendida como cosmovisão que aponta nossa função na teia da vida, que nos relembra que somos uma parte do planeta e que se entender enquanto parte da Terra é fundamental para a integração, para a compreensão da nossa própria identidade e, portanto, para o cuidado.

O termo surge da mobilização de diversos técnicos, agricultores e lideranças do campo em favor de uma agricultura que pretende superar os danos causados à biodiversidade e à sociedade e que não seja dependente do uso de insumos químicos, das relações trabalhistas e das tecnologias empregadas até então. Esta nova proposta ficou conhecida como agricultura ecológica ou Agroecologia (NAVOLAR ET AL, 2010). Mais tecnicamente, segundo Gliessman (2000, p. 45), a Agroecologia é a aplicação dos princípios ecológicos na implantação e manejo de agroecossistemas, isto é, ecossistemas marcados pelos ciclos e processos da natureza somados às atividades agrícolas humanas. Por isso, fazer Agroecologia é aliar a observação dos princípios da natureza com a cultura. É com isso em mente que Siliprandi (2015, p. 89) afirma que uma das premissas da Agroecologia é a coevolução de sistemas biológicos e sociais. Os agricultores tradicionais são as raízes dessa ciência, de maneira que suas experiências e saberes os permitiram fazer uma agricultura que fosse mais eficiente e que também potencializasse a regeneração da terra.

Desde a Terceira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde realizada na Suécia, em 1991, as áreas de saúde e meio ambiente têm sido consideradas inseparáveis e interdependentes (OPAS, 1991). Sabemos que o equilíbrio do ambiente está intrinsecamente ligado ao conceito de saúde humana, e a Agroecologia pode ser instrumento na promoção da saúde das pessoas e do ambiente. Compreendemos como, além de o equilíbrio do meio ambiente estar relacionado à saúde humana, a violência que afeta os ecossistemas e os seres que vivem nele também estão conectadas.

O termo *nutricídio*, cunhado por Llaila O. Afrika (2017), discute o projeto político de genocídio das populações negras através da imposição de uma alimentação colonialista e branca baseada nos alimentos cultivados com agrotóxicos ou ultraprocessados acompanhada da tentativa de apagamento e silenciamento dos saberes ancestrais dessas comunidades - o que nos mostra que o *nutricídio* anda lado a lado ao *epistemicídio*. Essa alimentação pobre em nutrientes traz o adoecimento e a irônica dependência de um sistema de saúde público que não é acessível para essa mesma população. A indústria agropecuária no Brasil, junto com os agrotóxicos e a perspectiva colonial, continua invadindo de forma ilegítima os espaços antes ocupados por agricultores familiares, indígenas e quilombolas. As pessoas antes moradoras e partes dessas

terras têm como opção continuar naquele espaço e disputar o território com madeireiros e agropecuários armados com violência e dinheiro; ou migrar para os centros urbanos. O êxodo rural e suas consequências seria, em grande parte, efeito de uma lógica produtiva capitalista imposta no campo.

Assim, percebe-se que, para além da dimensão ambiental, concerne à Agroecologia as dimensões sociais, culturais e éticas, por isso, parte de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica. É importante ressaltar que uma abordagem acrítica que entende a dimensão ambiental como separada das demais, compreendendo-as como independentes, muitas vezes aumenta as desigualdades as quais a Agroecologia tem o potencial de diminuir. Há uma apropriação capitalista das questões relacionadas ao meio ambiente: insistem em afirmar que há consumo sustentável em uma indústria que explora e oprime seres humanos, animais e a Terra. Talvez seja verdade, se entendermos "sustentável" como algo que sustenta o capitalismo e as desigualdades. Isso está longe da realidade que precisamos e lutamos para cocriar.

A Agroecologia diz respeito, afinal de contas, a todos os processos que mantêm a vida - processos de cuidado - e as formas de realizá-los que sejam mais efetivas e melhor aproveitadas de acordo com os princípios sociais, econômicos e ambientais. A construção desse conhecimento nasce em um contexto de resistência que não deve ser romantizado e é um processo contínuo, eternamente em andamento, que considera saberes de diferentes e diversas fontes e culturas e que podem e devem sempre ser revisitados à luz de novas contribuições.

A partir de todas as reflexões colocadas até aqui e das nossas experiências enquanto mulheres que nasceram em zonas urbanas, nos perguntamos como construir as pontes agroecológicas entre campo e cidade. De acordo com Ribeiro, Bógus e Watanabe (2015), a Agroecologia no contexto urbano pode promover o fortalecimento da concepção política de saúde, da intersectorialidade, do empoderamento local, do protagonismo individual e coletivo, da criação de ambientes saudáveis e da mobilização comunitária. À vista disso pode ser considerada fator de promoção de saúde, de acordo com a Carta de Ottawa (WHO, 1986). Importante lembrar, mais uma vez, que essa tecnologia vem acompanhada de saberes ancestrais que vão muito além das questões técnicas de como e quando plantar. Esses saberes não podem ser ignorados quando trazemos a Agroecologia para os centros urbanos. Afinal, apenas o conhecimento técnico não basta para entender a Agroecologia como uma tecnologia; a cosmovisão que a sustenta é essencial e, para isso, é impossível não pensar no cuidado.

## **2. GERMINANDO AS RELAÇÕES: BROTA AGROECOLOGIA E CUIDADO**



O conhecimento feminista não se constrói apenas em espaços de formalização do saber, como a academia e a cultura letrada (GARGALLO, 2012), mas em espaços seguros onde o sentir recupera seu significado. Por isso, grande parte das reflexões deste artigo foram levantadas e as temáticas e argumentos conectados em espaços de troca de saberes proporcionados não apenas pelo Coletivo Aroeira, mas outros movimentos da Agroecologia. Em todos esses lugares experienciamos as relações entre Agroecologia e cuidado passando de semente para brotos; germinando e crescendo. Tivemos a oportunidade de ver essa relação materializada na prática. A maioria dessas conversas se deu em formato de roda, metodologia que acreditamos ter grande potencial quando atreladas às tecnologias agroecológicas e do cuidado.

As rodas são muito potentes porque possibilitam romper as barreiras entre o pessoal e o político e entre a emoção e a razão a partir do compartilhamento de experiências e da escuta atenciosa, na qual o objetivo não é aconselhar ou julgar os testemunhos das companheiras de roda, mas mostrar empatia e reconhecimento (CFEMEA). O espaço seguro pode ser enxergado como um território que é criado no início da roda e dissolvido ao final dela: um território relativo. Entretanto, a criação de um território exige o compartilhamento de identidades comuns (SEGATO, 2007) e, portanto, o reconhecimento de si na outra e nas bases que fundamentam aquele espaço. Esse argumento é algo que tivemos que aprender na prática: todo esse conhecimento técnico sobre Agroecologia e cuidado não faz sentido se não vier acompanhado da cosmovisão que os sustentam e, principalmente, se não acolher as comunidades que são a base para essa cosmovisão.

E para que as pessoas que sustentam essa cosmovisão e a materializam diariamente possam usufruir do mundo que estão co-criando, elas precisam estar vivas, seguras e livres. De acordo com dados de 2018, o Brasil é o país que mais mata defensoras da terra e do meio ambiente do mundo<sup>8</sup> e os conflitos entre madeireiros e indígenas continuam aumentando nos últimos anos desde a posse do atual presidente. As hortas urbanas são constantemente perseguidas, como o jardim de comida e de plantas medicinais do Coletivo Aroeira no Setor Comercial Sul de Brasília, que foi destruído por meio de uma solicitação da Polícia Militar que argumentou "a segurança da população, já que o local estava servindo como ponto de esconderijo de armas e drogas". Vale ressaltar que o local foi escolhido justamente por estar em um espaço de disputa, com muita violência, em uma cena de uso de substâncias, lícitas e ilícitas, em que a proibição dessas últimas resulta em ainda mais violência, também promovida

---

<sup>8</sup> Brasil é o país mais letal para defensores da terra e do meio ambiente. El País. 24/07/2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/internacional/1532363870\\_921380.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/internacional/1532363870_921380.html)> Acesso em 30/03/2021.

por essa mesma Polícia Militar.

Apesar, ou até mesmo porque os curandeiros realizam um trabalho que cobre as lacunas deixadas pelo Estado, as medicinas ditas alternativas e o ato de curar o outro com as plantas é considerado crime no Brasil. Até aquelas que têm capacidade de gerar vida no ventre e que usam a medicina em si mesma, numa tentativa de abortar utilizando plantas, podem ser consideradas criminosas. Ironicamente, foram também mulheres negras brasileiras que descobriram a eficácia do remédio farmacêutico Misoprostol para a interrupção de uma gravidez indesejada. As religiões de matriz africana no Brasil são constantemente perseguidas, ainda que seus símbolos culturais sejam apropriados pelos brasileiros que não assumem, não respeitam e nem honram a origem de sua cultura.

Brotar as relações entre Agroecologia e cuidado no Brasil é algo que exige coragem, e as defensoras da terra, dos direitos humanos e dos direitos do meio ambiente devem ser lembradas, respeitadas, acolhidas e honradas. Decidir não morrer e não deixar a terra morrer cuidando e permitindo ser cuidado pelas plantas é um movimento contra hegemônico de pensar e de construir conhecimento e realidades. Mas essa luta não deve ser romantizada. Muitas vezes não há o direito de escolha e nem mesmo dá tempo de questionar se aquela luta faz sentido ou não. Muitas vezes, nascer em um certo território, em um certo corpo, ou, melhor dizendo, em um corpo-território, já torna essas mulheres alvo e, portanto, existir e resistir se tornam sinônimos. Não lutamos e vivemos sobre o espaço, e sim com ele, o que significa que os próprios territórios são vítimas do capital e do patriarcado, assim como os corpos das mulheres ("Manual Geografando para la resistencia", [s.d.]).

Todas essas questões se intensificam quando estamos pensando em criar espaços seguros para pessoas em cujas vidas múltiplas vulnerabilidades se sobrepõem, o que é o caso da maior parte das pessoas que vivem em situação de rua - e são parte das atividades do Aroeira. A vida na rua requer enfrentamentos cotidianos frente a situações como o racismo, a violência e o uso de substâncias e seu contexto. Essas situações certamente impactam de forma diferente homens e mulheres. Tais enfrentamentos têm efeitos marcantes na saúde mental. Destacam-se questões como a maternidade, contracepção e violência sexual como desafios que as mulheres nas ruas vivenciam constantemente.

Consequentemente, acreditamos que precisamos desenvolver novos modelos de redes de cuidado, que sejam sobre cuidado, e não sobre controle dos corpos; que sejam integrais e não excludentes; que considerem todas as vidas, não apenas a humana. Nesse sentido, encontramos em diversas práticas de organizações ecofeministas o caminho para tecer essas redes de cuidado, trazendo para o centro da cidade, para as ruas sujas e invisibilizadas, os

aprendizados das mulheres camponesas e indígenas que vêm resistindo na construção de formas de viver que permitam o bem estar a todos, além de promover junto às pessoas em situação de rua oportunidades para desenvolverem e praticarem suas próprias formas de cuidado. No intuito de fortalecer essa rede e experimentar novos formatos, surge o Aroeira Semeia: Jornadas de Agroecologia e Cuidado.

É necessário estarmos atentas para que a construção desses espaços seguros, fundados na Agroecologia e no cuidado, não seja um fim em si mesmo, como bem colocado por Federia e Caffentzis (2015) ao abordar os paraísos criados por aqueles que têm acessos e recursos. O objetivo maior deve ser a criação de uma sociedade igualitária que denuncie as divisões sociais e a exploração da natureza, o que certamente passa pela transformação pessoal das mulheres ali presentes.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: FLORESCER O MUNDO QUE QUEREMOS COLHER**

Apesar de nossas habilidades para analisar e criticar, a esquerda se enraizou naquilo que é. Nós frequentemente esquecemos de vislumbrar aquilo que pode vir a ser. Esquecemos de escavar o passado em busca de soluções que nos mostrem como podemos existir de outras formas no futuro (IMARISHA, 2015, tradução livre).

Nessa jornada de reflexões sobre agroecologia e cuidado, nos permitimos viver o presente e honrar o passado, enquanto imaginamos e co-construímos as bases e condições para os futuros feministas que são sonhados em coletivo. O mundo que queremos colher é uma co-criação; um projeto a ser construído a várias mãos, corpos, cabeças e corações. Mas, antes de tudo, é um sonho coletivo. Isso porque a realidade que queremos construir ainda não existe e nunca existiu, apenas a imaginação e a criatividade podem dar conta de desenhá-la. É necessário olhar, visitar, reaprender e honrar os saberes ancestrais. Mas também compreender que o futuro não pode e nem será uma cópia do passado. As experiências que vivenciamos enquanto comunidade agregaram às nossas raízes novos nutrientes. E é libertador pensar que podemos sonhar uma utopia em coletivo.

Mas para imaginar e co-criar outras realidades e utopias, precisamos que todas tenhamos as condições e recursos para sonhar. Entendemos a urgência do presente e que não é fácil se permitir brincar com o futuro quando nossos corpos são alvos de necropolítica hoje. O futuro que estamos sonhando em coletivo deve ser construído em coletivo, diariamente. E ele já está sendo construído. Algumas das atividades compartilhadas aqui são a materialização desses sonhos ancestrais. As relações entre agroecologia e o cuidado são parte do futuro que sonhamos

e não é possível pensar nesse espaço-território sem acolher as contribuições dos saberes tradicionais e sem que as comunidades que sustentam esses saberes estejam sonhando junto.

Colher as flores e frutos da relação de agroecologia e cuidado só é possível partir da legitimação e reconhecimento das práticas de cuidado e sustentabilidade com a vida, denunciando o sistema de dominação capitalista que invisibiliza os sentimentos e as atividades sem as quais a sobrevivência humana seria impossível (HERRERO, 2013 apud PEREDO, 2017). É fundamental entendermos que fazemos parte dessa cosmologia que abarca os ciclos de todos os seres vivos, e que lidar com esses ciclos é, também, posicionarmos diante de uma perspectiva de cuidado coletivo. Não é possível delegar os trabalhos de cuidados desconfortáveis ou incômodos sem que isso sobrecarregue os sujeitos aos quais, normalmente, são impostos esses trabalhos: mulheres negras e indígenas. As responsabilidades do trabalho de cuidado devem ser coletivizadas e este trabalho deve ser reconhecido e valorizado como nutridor de toda vida no planeta.

Essas ações essenciais, como alimentar, regar as plantas, compostar, acolher e cuidar dos doentes são práticas que recaem ainda mais sobre as mulheres em espaços onde os impactos ambientais são severos (COBA, 2015). É necessário nomear e reconhecer essas atividades e consolidar um espaço no qual as próprias mulheres possam ser acolhidas, ouvidas e possam co-criar sonhos e utopias. Sem isso, o movimento feminista e ecofeminista, que exigem tanto das mulheres, não podem se sustentar.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFRIKA, Llaila. **Nutritional Destruction of Black People: Nutricide**. Charles Chide Publishing. 2017
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CAFFENTZIS, George; FEDERICI, Silvia. Comunes contra y más allá del capitalismo. P. 53–71 En: ElAplante, revista d estudios comunitarios No.1 Octubre 2015
- CARRASCO, Cristina. Economía Feminista: una apuesta por otra economía. En: María Jesús Vara (ed), **Estudios sobre género y economía**. Madrid: Akal, 2006.
- \_\_\_\_\_. La Economía Feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción. In: **Ekonomiaz**, nº. 91, 1º semestre, 2017.
- COBA, Lisset. Una mirada ecofeminista al despojo de las aguas y la producción del padecimiento en el contexto petrolero de la Amazonía ecuatoriana. 2015
- Colectivo Geografía Crítica. **Manual geografeando la resistencia**. [s.d.]

COLLINS, Patrícia Hill. Epistemologia feminista negra. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; et al. **Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 139 - 170.

DAYANA, Andrea; JOYA, Corza. Ecofeminismo: una alianza entre el femismo y la naturaleza. **Ideas Verdes**, no. 15, 2019.

ESQUIVEL, V. Trabajadores del cuidado en la Argentina. En el cruce entre el orden laboral y los servicios de cuidado. **Revista Internacional del Trabajo**, 129(4), 529-547, 2010.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FLORES, M. E., ECHAZÚ, A. G. A coca e os direitos da Mãe Terra: uma ontologia latino-americana. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, 3(6), 280-a, 2016.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

IMARISHA, Walidah. Rewriting the future: using science fiction to re-envision justice, 2015. Disponível em: <<https://www.walidah.com/blog/2015/2/11/rewriting-the-future-using-science-fiction-to-re-envision-justice>>. Acesso em 30 de março de 2021.

LORDE, Audre. **A Burst of Light: Essays**. Black thought and culture. Firebrand Books. 1988.

MIES, M.; SHIVA, V. **La praxis del ecofeminismo: biotecnología, consumo y reproducción**. Madrid: Icaria Editorial, 1998.

PAREDES, Julieta; GUZMAN, Adriana. **El tejido de la rebeldía. Que es feminismo comunitario? bases para la despatriarcalización**. La Paz: Mujeres Creando comunidad, 2014.

OIT (2018) Resumen ejecutivo: **El trabajo de cuidado y los trabajadores del cuidado**. Geneva: ILO.

PEREDO, Elizabeth. Ecofeminismos. **En Solón, Pablos (comp) Systemic Alternatives**. Páginas 101-130. La Paz: Bolivia. Versión en español. 2017. Disponível em: <https://systemicalternatives.org/2017/03/23/ecofeminismo/> Acesso em 30 de março de 2021.

PRIMAVESI, Ana. **Manual do solo vivo: solo sadio, planta sadia, ser humano sadio**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, 24, p. 730 - 743, 2015.

SEGATO, Rita. **La faccionalización de la República y el paisaje religioso como índice de una nueva territorialidad**. Em: La Nación y Sus Outros. SEGATO, Rita. Páginas 309-350. 2007.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

TRONTO, J. C. **Moral boundaries: A political argument for an ethic of care**. Psychology Press. 1993

\_\_\_\_\_. **Caring democracy: Markets, equality, and justice**. NYU Press, 2013.

VEGA, C; GUTIERREZ, E. Presentación del Dossier: Nuevas aproximaciones a la organización social del cuidado. Debates latinoamericanos Presentación del Dossier. **Íconos-Revista de Ciencias Sociales**, (50), 9-26, 2014.

World Health Organization [WHO] (1991). Declaração de Sundsvall. **Promoção da Saúde e Ambientes Favoráveis à Saúde**. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao\\_sundsvall.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_sundsvall.pdf). Acesso em 30 de março de 2021.